

6 Considerações Finais

Considerar a questão da apatridia por meio de sua problematização na normatividade internacional permitiu a esta Dissertação pensar o regime da apatridia a partir dos processos mais amplos e fundamentais da construção de sujeitos e unidades políticas. Esta análise crítica coloca a questão ética sobre porque existem sujeitos que possuem direitos plenos enquanto a outros é legada uma posição subordinada.

No entanto, existem algumas perguntas que ainda permanecem e que não foram abordadas pelas escolhas metodológicas deste trabalho que apontariam caminhos importantes de pesquisa¹.

Esta análise concluiu que o apátrida é construído no regime que é formado e operacionalizado para ajudá-lo como ausência, um ser em constante busca de deixar a condição de apátrida e obter a nacionalidade. Entretanto, a complexidade da vida e da construção identitária demonstra que a instabilidade da delimitação das fronteiras entre sujeitos e unidades políticas permanece e os apátridas encontram possibilidades, ainda que limitadas, para modificar as concepções legítimas do pertencimento político. É neste ponto de tensionamento marcado pela instabilidade das concepções identitárias que o regime tenta atuar para conter e

¹ Esta escolha metodológica apresenta potencialidades e limites. Delinear um marco teórico a partir de discussões tem a potencialidade da apropriação de conceitos a partir dos pontos de tensionamento que envolvem a temática da apatridia. A principal vantagem deste método é que ele fornece um fôlego maior para explicar diversas facetas da parte empírica da pesquisa. No entanto, esta apropriação, se utilizando de contribuições de várias perspectivas teóricas advindas de várias disciplinas, perde um pouco no sentido de precisão conceitual e enquadramento teórico em uma corrente teórica delimitada, na medida em que os conceitos apropriados das várias discussões são agrupados e colocados em um contexto novo, da discussão da apatridia, que não talvez não houvesse sido antecipado pelos próprios autores. A escolha dos eixos de análise, por sua vez, foi feita com a finalidade de estabelecer categorias que tornassem a análise mais fácil. Na medida em que a ordem, a soberania e a construção de sujeitos e unidades políticas estão profundamente

regimentar o apátrida. Se ele consegue efetivamente desempenhar este papel dependerá de uma série de fatores. Esta Dissertação se propôs em fazer uma análise crítica das regras, normas e princípios de regimentação da apatridia. No entanto, reconhece que um cenário ainda mais profícuo para a verificação de movimentos para a transformação e resistência se dá a partir das experiências dos apátridas em lidar com este aparato normativo.

Verificar esses desdobramentos é um caminho promissor para futuro o estudo da normatização da apatridia. Esta dissertação escolheu como primeiro passo para compreender a apatridia verificar o arcabouço conceitual do regime como uma etapa necessária para compreender como os apátridas têm de lidar com uma estrutura de respostas para sua situação que eles não necessariamente ajudaram a criar. Esta escolha também tem motivações práticas, em que o acesso aos documentos oficiais do regime da apatridia no site oficial de pesquisa do ACNUR permitiu riqueza para a análise empírica.

Por fim, gostaria de salientar que esta Dissertação buscou verificar os processos do pensamento que mantém a apatridia como um problema nas Relações Internacionais. Por isso as soluções apontam para a rejeição das identidades homogêneas. Esta postura teórica busca compreender que elementos do sistema internacional têm de ser reproduzidos e são reproduzidos com o tratamento da apatridia na normatividade internacional para que o apátrida continue enfrentando dificuldades em sua vida diária. Esta decisão pode suscitar o questionamento sobre se esta postura não coloca em segundo plano a importância das garantias aos apátridas, ainda que mínimas proporcionadas pelo regime, sem um sistema internacional que pode demorar muito ainda para mudar suas fronteiras políticas. Esta Dissertação reconhece que essas garantias são importantes para a condução da vida de indivíduos que, do contrário, não teriam outra proteção. Entretanto, ela concebe os problemas de efetividade do regime a partir da agenda política da reprodução da ordem no sistema internacional. Por isso, colocar o indivíduo no centro do regime internacional de Proteção às pessoas apátridas não é uma tarefa tão simples. Não foi por chance ou descuido que o Estado está no centro da lógica de atribuição dos direitos e prerrogativas no

relacionadas, está é somente uma das muitas formas pelas quais estas questões poderiam ser desenvolvidas.

regime da apatridia, mas por uma decisão consciente com a necessidade de reestabelecimento de seu poder soberano de forma intergovernamental.